

Carlos Müller/ CM: Como eu tinha dito, a ideia é de fazer uma contextualização um pouco histórica e o contexto político da liberdade de expressão, de imprensa em particular, a partir da situação do Brasil hoje. Tem havido, ultimamente, uma proliferação de eventos em relação à liberdade de expressão. Como você vê essa preocupação tão ampla com a questão que, afinal de contas, teve suas bases estabelecidas lá no século XVIII?

Demétrio: Bem, eu acho que existem duas dimensões para essa preocupação. A primeira é a regional. Na América Latina, a questão da liberdade de expressão e, em particular, da liberdade de imprensa se tornou muito aguda em função dos eventos na Venezuela. Na Venezuela, onde o governo Chávez conduz uma campanha sistemática contra a liberdade de imprensa - que é um aspecto crucial da liberdade de expressão -, e em uma parte significativa da esquerda latinoamericana se desenvolve a ideia de que o Estado deve cercear a liberdade de imprensa. Uma ideia baseada no conceito de que a liberdade de imprensa é igual à liberdade da empresa de comunicação, e de que, se há essa igualdade, então, a imprensa independente é, na verdade, um partido político voltado contra os governos populares. É essa a formulação que surge na Venezuela e que se desenvolve, especialmente, depois de 2008, quando aconteceu, em Caracas, o I Encontro Latinoamericano sobre o Terrorismo Midiático. Veja bem que a palavra Mídia aparece associada a Terrorismo, o que dá uma ideia do significado do encontro, e, quando você associa a palavra mídia à palavra terror, você está dizendo que a mídia é culpada do terror, é culpada da pior das agressões, e, portanto, deve estar submetida às penas dos terroristas. Então, o primeiro lado da preocupação vem daí. O segundo lado da preocupação vem de fatos brasileiros. O governo brasileiro não compartilha a posição venezuelana sobre a mídia, o governo Lula respeita a liberdade de imprensa, essencialmente, quase o tempo todo, com algumas exceções, declara o valor da liberdade de imprensa, mas adota atos contraditórios como o novo Plano Nacional de Direitos Humanos que tem um item no qual se diz que o governo brasileiro deverá acompanhar editorialmente a imprensa, eu situo entre aspas, também, "fazer o acompanhamento editorial dos veículos de comunicação" para verificar se eles respeitam os direitos humanos, o que é uma inversão absoluta das coisas. Na democracia, não é o governo que fiscaliza os veículos de comunicação, mas o contrário, os veículos de comunicação é que têm a tarefa de fiscalizar o governo, enquanto os leitores é que devem fiscalizar os jornais.

CM: Com a fiscalização do cumprimento da lei, isso cabe ao Judiciário e não ao Executivo.

Demétrio: Sem dúvida, o Executivo está se arrogando nem mesmo o cumprimento da lei, está se arrogando algo mais do que isso, que é exercer um papel de fiscalização e controle editorial, de conteúdos, portanto, dos veículos de comunicação. Bom, se o governo brasileiro respeita, essencialmente, a liberdade de imprensa, de onde vêm fatos como esses que estão no Plano Nacional de Direitos Humanos? Vêm, essencialmente, do partido que sustenta o governo, do principal partido de sustentação do governo, o PT, que se encontra em um processo de recuperação stalinista.

CM: Eu gostaria que nós chegássemos a isso mais ao final da entrevista, e que agora a gente fizesse mais uma recuperação da evolução histórica dessa questão. Porque, junto da edição do Jornal ANJ deste ano, nós estamos publicando uma série sobre a liberdade de imprensa nas Américas, tomando como gancho o bicentenário da independência, que vários países

comemoram e, 2010. Então, estamos fazendo essa série, em cada edição um grupo de países, e uma das coisas que é, justamente, recorrente é essa questão da liberdade de imprensa. Se analisar as primeiras constituições, todas elas têm algum dispositivo que fala da liberdade de expressão, a imprensa em particular, e, em quase todas elas, o sentido é o texto, inclusive, remete, claramente, à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa. Então, gostaria que você comentasse isso e quanto essa questão tem sido tão difícil nos países latinoamericanos.

Demétrio: Veja, o que você fala é bastante importante. Quer dizer, as Constituições latinoamericanas são diretamente influenciadas pelo pensamento da Revolução Francesa. Os pais libertadores da América Latina se imaginavam prosseguindo, aqui na América, aqui no Novo Mundo, a Revolução Francesa.

CM: Se olhavam no espelho e viam Robespierre?

Demétrio: Exatamente, viam Robespierre, Danton, viam, na verdade, as várias correntes da Revolução Francesa, porque eles se imaginavam instaurando um regime baseado na ideia da liberdade das pessoas, o que incluía liberdade de expressão, e o que incluía liberdade de imprensa. É paradoxal notar como regimes que se apresentam como retomadas das ideias dos libertadores, e em particular o regime venezuelano de Chávez, que se apresenta como um regime que realiza uma revolução bolivariana, ou seja, que se baseia na imagem de Bolívar, ele faz, exatamente, o contrário. Na verdade, acaba sequestrando para conduzir uma política que é uma política de fechamento autoritário do regime. Não é só a Venezuela. Quer dizer, a partir e inspirados pela Venezuela vários governos adotam medidas restritivas aos meios de comunicação. Em nenhum lugar, exceto Cuba, evidentemente, com o impacto e a intensidade da Venezuela, mas com menos impacto isso acontece também no Equador - em larga escala -, e acontece em relação a uma empresa de comunicação, em particular, na Argentina, onde o governo de Cristina Kirchner dirige todo um esforço contra o grupo Clarín, que é um grupo de comunicação muito influente e bastante crítico do governo. Então, é algo que se dissemina, a partir da Venezuela, e que chega ao Brasil a partir do PT.

CM: Mas, ainda em uma abordagem mais histórica, nós vimos isso. Os líderes do processo de libertação, e mais recentemente também os líderes que lutaram contra a ditadura na América Latina, de um modo geral, no momento em que eles assumem o poder tendem a ter atitudes autoritárias em relação à imprensa. O Bolívar foi assim. Mesmo no Brasil, em vários momentos, quem se opôs a governos de força, periodicamente, quando assumiam a presidência da República, ou vinha a redemocratização, na Venezuela mesmo - na mesma época, depois da deposição da ditadura militar, em meados do século XX - a tendência é essa, o sujeito reivindica a liberdade de imprensa quando está na oposição, e, uma vez no governo, tende a, muitas vezes, adotar medidas autoritárias. Você acha que existe uma tensão inerente à democracia e à liberdade de imprensa?

Demétrio: Bem, eu acho que existem duas coisas. Eu não faria um princípio como esse, de que na oposição se defende a liberdade de imprensa e no poder governo se ataca. Eu acho que, em primeiro lugar, é normal que qualquer governo reclame da imprensa. A reclamação retórica da imprensa é uma característica mundial, generalizada, dos governantes, e ela só indica que existe imprensa independente. Todos os governantes reclamam da imprensa. Uma coisa

diferente de reclamar da imprensa é tomar medidas concretas contra a liberdade de imprensa. Nesse caso, por que isso aconteceu com tanta frequência na América Latina? Eu acho que ao longo da história da América Latina, essa situação está ligada ao fenômeno do caudilhismo, os governos que chegam ao poder, inclusive alguns governos, vários oriundos das revoluções de independência, e inclusive o governo do Bolívar - que se pretendia o presidente eterno da Grã Colômbia -, ele se declarou o presidente eterno da Grã-Colômbia, há toda uma separação aí na história entre o Bolívar, na Grã-Colômbia, e o San Martín, na Argentina, que é uma separação entre aqueles que defendiam a democracia pluralista, no caso do San Martín, e aqueles que tendiam ao caudilhismo, no caso do Bolívar. A partir dessa origem, o caudilhismo, por várias razões, se difunde por vários países da América Latina, e é no quadro do caudilhismo que, historicamente, se dão os principais ataques à liberdade de imprensa. Não é só no quadro do caudilhismo, existem outros fenômenos, existem ditaduras militares, existem sistemas quase unipartidários - como foi o México, do Partido Revolucionário Institucional, até não muito tempo atrás -, mas é, essencialmente, com os caudilhos que se dão os ataques à liberdade de imprensa. O que eu destaco é que hoje é diferente. Hoje não é o caudilhismo a principal fonte de ataque à liberdade de imprensa, porque Chávez não é um caudilho tradicional. Ele é um caudilho, mas é um caudilho de um novo tipo, que tem uma ideologia, que segue uma doutrina, e aqui no Brasil não são caudilhistas os movimentos que defendem o chamado controle social da mídia. Então, acho que há uma mudança histórica, entre a tradição caudilhista e o que acontece hoje.

CM: Depois daquele ciclo, ou já durante aquele ciclo de ditaduras militares, que a América Latina enfrentou nas décadas de 60, 70, houve um processo de redemocratização generalizada. Quer dizer, com exceção de Cuba, todos os países latinoamericanos chegaram a se tornar democráticos no final do século XX. Como você vê essa deterioração dessa universalização da democracia? A que se deve isso, e a impactar em relação à imprensa?

Demétrio: São perguntas complexas, dariam uma palestra. Veja, vamos, em primeiro lugar, qualificar. As democracias que se instalaram depois do ciclo de ditaduras militares dos anos 60-70 foram, com algumas importantes exceções - que são o Brasil, o Chile, o Uruguai -, foram democracias extremamente restritas. Eu diria que se criaram democracias oligárquicas, em vários países da América Latina foram criadas democracias que só poderiam funcionar assim se o jogo da alternância do poder fosse um jogo oligárquico. É o caso, por exemplo, de Honduras. Quando se discute os eventos recentes em Honduras, estamos discutindo, por exemplo, a ascensão de um caudilho que procura se eternizar no poder em oposição a uma democracia oligárquica, que é o que existe em Honduras. Há uma democracia restrita, e contra ela se ergueu um caudilho, populista, que, espertamente, procurou o apoio de Hugo Chávez. Então, em vários países da América Latina as ditaduras militares terminaram, mas no lugar delas se instalaram democracias muito frágeis e muito limitadas, pouco enraizadas. É o caso do Equador, é o caso da Bolívia, é o caso do Peru, até mesmo o caso da Argentina. O Brasil aí é uma exceção, e é uma exceção histórica por várias razões, pela forma como se deu a transição, pelo tipo de ingresso das correntes de esquerda no jogo político - que se dá por meio do PT, da CUT, e por aí fora -. Então, eu não acho surpreendente que, em muitos países da América Latina, haja o atual retrocesso, que não é um retrocesso rumo a ditaduras, mas que é um retrocesso caracterizado por ataques às liberdades políticas da democracia, ataques que vêm

do próprio Executivo. Esses Executivos que atacam os princípios democráticos se apoiam nas fragilidades, no caráter restrito das democracias que surgiram depois do ciclo ditatorial.

CM: Muitos casos, também, foram de governos muito ineptos, não é?

Demétrio: É, mas a inépcia dos governos, quer dizer, governos ineptos existem em todos os casos. Eu acho que seria fácil caracterizar o governo Fernando Collor como um governo muito inepto. Se a gente olhar para o governo Sarney, e se lembrar do final do governo Sarney no Brasil, com a hiperinflação a mil por hora, e Sarney distribuindo concessões de rádio para os seus cupinchas espalhados pelo Brasil inteiro, aquela combinação tétrica que foram os últimos meses do governo Sarney, a gente pode chamar aquele governo de um governo bastante inepto, mas governos ineptos numa democracia larga, numa democracia ampla, numa democracia que tem uma qualidade democrática maior, eles são substituídos por eleições, por processos de impeachment, às vezes, e o próximo governo faz diferente. Governos ineptos em democracias limitadas - e a maioria dos governos em democracias limitadas são ineptos, porque nelas falta o controle, a fiscalização da sociedade sobre o governo, e falta um verdadeiro equilíbrio de poderes, e isso cria governos ineptos em grande quantidade - esses governos ineptos em democracias restritas tendem a dar lugar a reações antidemocráticas, a governos de tipo caudilhista, sob várias formas de caudilhismo que vão dizer: "eu, governante, junto com o povo, me levanto contra a oligarquia". E é isso que nós assistimos em vários países da América Latina: na Venezuela, no Equador, na Bolívia sob uma outra forma, singular, e até certo ponto na Argentina dos Kirchner - que é um caso todo particular - nós assistimos esse processo.

CM: Me parece que quando você tem, por um lado, governos ineptos e instituições frágeis, o descontentamento popular tende a se voltar contra as instituições. E aí você tem o fenômeno argentino "que se vayan todos", quer dizer "que se danem, que se ferrem todos".

Demétrio: Exatamente, foi uma situação de colapso desse tipo que levou à instauração do governo de Chávez na Venezuela. Chávez não saiu de um céu azul, não foi um raio em um céu azul. Antes dele houve um colapso da democracia restrita venezuelana, que era uma democracia de dois partidos, democracia oligárquica. Houve um colapso dessa democracia, houve um colapso das elites que controlavam o poder há décadas na Venezuela, nesse sistema político restrito. É a partir desse colapso, que significa a destruição da credibilidade das instituições políticas venezuelanas, que surge o governo Chávez, justamente se dirigindo ao povo e dizendo "não é a democracia, é um outro tipo de coisa que nós vamos fazer".

CM: E como você vê o papel nesse tipo de situação? Tanto na eclosão, quanto na superação.

Demétrio: A imprensa costuma ser uma vítima dessas situações. Nas democracias restritas, frequentemente, a própria imprensa é restrita, quer dizer, ela representa muito estreitamente os interesses dos grupos que participam desse sistema político limitado. Se você tomar o panorama da imprensa em vários países da América Latina, você vai ver uma imprensa pouco plural, que, na verdade, acaba refletindo interesses desses grupos de elite, com exceções interessantes, em quase todos países. Então, essa imprensa é uma vítima fácil da ascensão de um caudilho, da ascensão de um governo que se proclama um governo revolucionário bolivariano, como no caso do governo Chávez. É também por isso que as coisas são diferentes

no Brasil, que saiu da ditadura criando uma democracia ampla, e criando uma legitimidade muito grande para as instituições democráticas. A gente, frequentemente, não percebe isso, mas a ideia de que deve existir liberdade de expressão, deve existir liberdade de imprensa, é uma ideia muito disseminada no Brasil, inclusive no ponto de vista popular. Uma pesquisa recente, encomendada e publicada pelo O Estado de S.Paulo mostra isso, como esses valores se disseminaram rapidamente no Brasil. É também por isso que a ideia de restringir a liberdade de imprensa no Brasil é uma ideia muito difícil de ir à prática, quer dizer, ela encontra muitas resistências.

CM: Um outro aspecto, eu estava lendo esta semana um livro sobre a imprensa no governo Kirchner, as relações entre a imprensa e o governo Kirchner, que são extremamente tensas, os dois Kirchner, tanto o Nestor quanto a Cristina, e o discurso deles é muito parecido com o que se ouve aqui no Brasil, no sentido de que a imprensa está reivindicando o monopólio da intermediação enquanto os governos populares tratam de estabelecer uma relação direta com o povo, que também é uma ideia antiga, mas que agora é renovada a partir da suposição de que é possível, com os recursos da internet e tudo mais, de estabelecer uma democracia direta.

Demétrio: Pois é, na verdade, esse é o ponto teórico que separa os governos democráticos dos governos com tendências autoritárias, que surgem no chão da democracia. É o conceito de democracia, democracia se não é a ocorrência de eleições periódicas - isso é um elemento, importante, mas é só um componente da democracia -. A democracia é aquele sistema em que o governo que expressa a vontade da maioria é fiscalizado por um conjunto de instituições de Estado e não governamentais, por um conjunto de instituições políticas, entre as quais se inclui a existência de uma imprensa independente, que fiscaliza o governo e que faz, porque a democracia é um sistema de desconfiança permanente em relação ao governo. Quer dizer, esse conceito de que deve se desconfiar o tempo todo do governo, deve-se fiscalizar os seus atos o tempo todo, isso é o essencial nas democracias. Já os regimes que contestam a democracia, a democracia representativa, falam numa outra coisa, numa democracia direta. Quando se fala em democracia direta quem está usando essa expressão é contra a democracia. A democracia direta da qual se fala, na verdade, é uma expressão enganosa, que serve para indicar uma relação direta entre o presidente, o caudilho, o chefe de Estado, o líder, o duce, e o povo. Ou seja, é a dispensa da mediação, de todas as mediações. É a dispensa da mediação parlamentar, é a dispensa da mediação do Judiciário, e é a dispensa da imprensa independente. A acusação frequente que se faz é "a imprensa está agindo como um partido, porque está falando contra o governo, porque está criticando o governo". Ora, a imprensa deve criticar o governo, essa é a função da imprensa. A imprensa que fala bem do governo é sempre um desserviço à democracia.

CM: E agora nós temos um cenário de eleições. Já tivemos, recentemente, em alguns países, e vamos ter no Brasil. Você tem acompanhado esses processos eleitorais? Quais as características principais da atuação da imprensa nesse contexto de eleições que estamos vivendo?

Demétrio: Bom, as coisas são muito variadas nos diversos países, não é? Então, naqueles países onde existe uma continuidade democrática sem maiores sobressaltos, a imprensa tem

um papel normal nas eleições, o papel de cobrir os diversos candidatos, a tarefa de revelar o que esses candidatos não querem que seja revelado, a tarefa de, no fundo, esclarecer os eleitores para além da campanha eleitoral. Entretanto, esses são apenas alguns países. Em muitos países, o que está em jogo, nos processos eleitorais, é a própria sobrevivência de liberdade de imprensa. É o caso da Venezuela, onde vamos ter eleições em setembro, e uma vitória de Chavez nessas eleições parlamentares significará a continuidade, o avanço de um processo de ataque permanente à liberdade de imprensa. O alvo da vez da Venezuela é a Globo Vision, depois de se ter fechado a Rede Caracas de Televisão, num processo em que Hugo Chávez pretende ter o monopólio da difusão em telecomunicações para o Estado, e pretende atacar os vários veículos impressos. Então, nesses países, e quando eu digo esses países falo em particular da Venezuela, mas em menor grau de Equador, de Argentina, da Nicarágua - já que estamos no quadro da América Latina - nesses países os processos eleitorais, na verdade, não são disputas entre candidatos, são a disputa para saber se a democracia sobrevive ou se ela será substituída, ou continuará sendo substituída por um outro tipo de regime. E, nesses casos, a imprensa independente tende a se posicionar pela continuidade da democracia, ou seja, tende a se posicionar pela recusa aos governos existentes. O caráter engajado da imprensa, nesses países, é normal. A imprensa está engajada na defesa da sua própria sobrevivência, que envolve a defesa dos princípios da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa.

CM: Isso não depende de tamanho, nem do país nem da economia. Na América Central, dois vizinhos, a Costa Rica e a Nicarágua, você tem uma Nicarágua com um sandinismo corrompido e autoritário do lado de uma democracia muito bem institucionalizada, em que essas coisas todas são não-questão. Não ocorre a ninguém discutir, na Costa Rica, a questão da liberdade de imprensa porque não é um problema, não é?

Demétrio: Assim como no Uruguai, hoje em dia. O que você fala é tão verdadeiro, na América Central quanto na América do Sul. Você tem hoje o Uruguai e a Argentina: no primeiro, no Uruguai, não ocorre a ninguém fazer essa discussão. Na Argentina, o governo propõe leis que são leis dirigidas contra um veículo específico, contra um grupo de imprensa específico, no caso, o Clarín. De fato, não depende nem de PIB, nem de população, nem - vamos dizer - de nível de vida. Na verdade, é a diferenciação histórica, é a diferenciação de o quanto o princípio da democracia se enraizou no chão de cada país.

CM: Quer dizer, embora a Argentina antes da briga com o Clarín, o jornal chegou a ser até um pouco favorecido pelo governo, no governo de Nestor Kirchner.

Demétrio: Sim, esses governos têm relações oscilantes com os grupos de imprensa. Se esses grupos de imprensa podem favorecer o esquema de poder existente, ou se acredita que possam, esses governos tendem a favorecê-los, porque não só reprimem a voz dissonante como eles também procuram financiar aquela voz que, real ou potencialmente, será uma voz de apoio. Um outro perigo à liberdade de imprensa é quando os governos passam a distribuir verbas segundo critérios políticos, para os órgãos de imprensa. E, normalmente, os mesmos governos que tendem a tentar suprimir ou restringir a liberdade de imprensa, também tendem a manipular as verbas publicitárias públicas segundo critérios de adesão dos órgãos de imprensa ao governo.

CM: Aí nós temos uma coisa que, claro, as ditaduras fizeram muito isso, o controle, a tentativa de controle da mídia, não tanto mais por mecanismos censórios, dispositivos, polícias, polícias políticas, mas muito mais nesse sentido.

Demétrio: As ditaduras faziam um pouco isso. As ditaduras sempre preferiram a censura. As ditaduras sempre tiveram uma opção preferencial pela figura do censor, que lhes parecia uma forma simples de resolver o seu problema. Veja, as ditaduras tradicionais não têm um argumento histórico contra a liberdade de imprensa, elas sempre tem um argumento circunstancial. As ditaduras tradicionais dizem o seguinte: "a liberdade de imprensa traz insegurança para o regime". Então, em nome da segurança do regime, que eles chamam de segurança nacional, sempre, deve-se censurar a imprensa. Já os regimes autoritários de novo tipo, como o regime bolivariano, na Venezuela, têm um argumento histórico contra a liberdade de imprensa. O argumento é o seguinte: "nós temos a chave do futuro, nós temos a chave de um futuro radiante para a pátria, para o povo, e como nós temos a chave do futuro, nós temos a verdade histórica, então, a liberdade de imprensa deve desaparecer porque essas pessoas são contra o futuro". Não é um argumento circunstancial, não é um argumento conjuntural, é um argumento de princípio contra a liberdade de imprensa, o mesmo usado pelos regimes totalitários ao longo de todo o século XX. Na verdade, quando Hitler proibia a imprensa livre, ele o fazia em nome de uma nação-raça. Quando Mussolini fazia isso, fazia em nome da nação dos italianos. Quando Stalin fazia isso, e as outras ditaduras comunistas faziam isso, faziam em nome de uma nação-proletariado mundial. Ou seja, em nome dessa chave do futuro que se proíbe a liberdade de imprensa. É por isso que esses regimes não apenas proíbem a liberdade de imprensa, mas também procuram criar uma imprensa estatal, procuram criar um jornalismo estatal, meios de comunicação estatais que falarão em nome do futuro. É diferente, portanto, das ditaduras dos anos 60, 70, que, simplesmente, calavam e censuravam os órgãos existentes.

CM: Além do recurso intensivo a verbas publicitárias, o que tem acontecido mais recentemente, também, é um recurso sistemático a mecanismos legais, e de um viés muito subjetivo, a tal ponto que o ministro Celso de Melo (STF) que, pessoalmente, é de uma fidelidade a um ideário liberal, deixou muito claro isso no voto dele na questão do Estadão, quando chegou no Supremo aquela primeira decisão que desfavoreceu o jornal. Ele disse assim, "a tutela, o poder tutelar é o novo nome da censura no Brasil".

Demétrio: Pois é, isso se dissemina. O caso do Estadão é o caso de maior visibilidade, porque se trata de um caso nacional envolvendo o presidente, a família do presidente do Senado e um dos maiores jornais do país, mas se nós olharmos com atenção existem hoje dezenas, senão centenas de atos de juízes de primeira instância, espalhados pelo Brasil inteiro, atendendo a demanda de poderes locais, prefeitos, grupos poderosos, numa certa região, numa certa cidade, contra pequenos veículos de imprensa. Quer dizer, tem dezenas ou centenas de decisões de primeira instância que têm um sentido similar a essa decisão adotada contra O Estado de S.Paulo. Então, a censura pela via judicial é algo que ameaça a imprensa mesmo nos países onde não existe uma campanha sistemática do governo contra a liberdade de imprensa. No Brasil, não há uma campanha sistemática do governo, do Executivo, contra a liberdade de imprensa, mas existe, na minha opinião, uma lacuna legal que permite, a juízes de primeira instância, pelo menos temporariamente, suspenderem a liberdade de imprensa. E como essa

temporiedade, no caso do Judiciário, pode durar meses ou anos, isso implica censura, com consequências muito graves.

CM: Pelo próprio conceito de jornalismo e de notícia, a questão é o momento, não é? Se conseguir impedir a circulação de informação num determinado momento..

Demétrio: Sim, sim, a censura está feita. É por isso que eu sugeri, recentemente, num evento no Memorial da América Latina, que o Congresso deveria agir. E a Constituição Brasileira está precisando de uma primeira emenda, adaptada ao caso brasileiro, que diga que o Judiciário não pode fazer censura à imprensa por meio de decisões judiciais, que os jornalistas e os jornais respondem pelo que publicaram a posteriori, na forma da lei, mas não podem ser censurados a priori.

CM: Voltando um pouco à questão das eleições que se aproximam, como você vê a situação da liberdade de imprensa nesse cenário eleitoral brasileiro?

Demétrio: No Brasil, como eu disse, não é o governo a fonte primária de ataque à liberdade de imprensa. O governo brasileiro, essencialmente, com falhas graves em alguns casos, respeita a liberdade de imprensa. A principal fonte de ataque à liberdade de imprensa é o Partido dos Trabalhadores, que recolheu a ideia - que aliás não veio dele - do controle social da mídia. Controle social da mídia é uma expressão **XXX???**. O social aí quer dizer que os movimentos sociais, sindicatos, essencialmente ligados ao próprio Partido dos Trabalhadores, reivindicam o poder de controlar os meios de comunicação. Na verdade é uma forma indireta de se fazer controle estatal dos meios de comunicação. Então, a frase controle social da mídia é um sucedâneo de censura. O Partido dos Trabalhadores defende, em documentos oficiais, essa ideia de controle social da mídia, essa ideia de que deve existir alguma instância, que, no fundo, é uma instância estatal, de controle da mídia. Eu acho que essa é uma questão que deveria ser levada pelos candidatos a debate. Eu acho que as eleições brasileiras deveriam, finalmente, ser levada pelos candidatos para debate amplo. O governo realizou uma série de conferências, que na verdade reuniram militantes de ONG e movimentos sociais, sobre as comunicações, que deram origem a Conferência Nacional de Comunicações. Depois, realizou o mesmo processo chamado de Conferência Nacional de Cultura, e esses dois processos deram origem a documentos que defendem o chamado "controle social da mídia". Era hora de a população brasileira inteira ser informada a respeito disso e de que esse tema se torne um tema eleitoral. Eu acho que cabe à imprensa, inclusive, questionar os candidatos sobre isso. Questionar, claramente, confrontando-os com esses documentos, aprovados pelo governo, mas impulsionados pelo PT, aprovados como documentos que o governo Lula, na verdade, não pretende levar à frente, e que são contraditórios com uma série de declarações do próprio governo Lula em defesa da liberdade de imprensa, mas que foram aprovados por influência do principal partido de sustentação do governo. Eu acho que as eleições brasileiras são o momento em que essas questões devem vir à tona, porque nós temos hoje um quadro no qual a candidata de Lula, a ex-ministra Dilma Rousseff, ao contrário de Lula, não tem luz própria, e, portanto, existe sempre o risco de que ela se torne dependente do seu partido, dependente do principal partido de sustentação de sua candidatura, que é o PT. E esse partido, clara, aberta, e explicitamente, se posiciona contra a liberdade de imprensa.

CM: E quanto aos demais partidos e candidatos que já estão aí no cenário?

Demétrio: Veja, os outros partidos e candidatos não têm essa posição. Quer dizer, os outros partidos e candidatos defendem clara, e explicitamente, a vigência da liberdade de imprensa. No Brasil, eles repudiam, claramente, essa ideia de um controle da mídia, um controle estatal ou social, que é uma outra forma de dizer a mesma coisa, da mídia. Então, eu não acho que essa questão esteja colocada para os outros candidatos. Acho, por outro lado, que os outros candidatos teriam a tarefa de, em nome de seus próprios princípios e programas, evidenciar que esse tema está em discussão. Explicitar o fato de que existe essa proposta e questionar a ministra Rousseff sobre a sua posição a respeito disso.

CM: Você arriscaria algum comentário sobre as perspectivas da mídia nesse cenário de desenvolvimento de novas tecnologias. Hoje difunde-se uma ideia de que a internet torna tudo gratuito. É mais ou menos como a questão dos direitos autorais. Uma coisa é você ter livre acesso, outra é ter livre acesso e gratuito.

Demétrio: Bem, eu acho que a imprensa escrita e os jornais, em particular, estão diante de uma encruzilhada histórica e eles precisam encontrar as respostas para essa encruzilhada. Eu notaria, em primeiro lugar, que os principais sites e blogs jornalísticos, da internet, tem atrás de si as marcas dos principais veículos de comunicação do Brasil. Não é verdade que, com a internet, os leitores abandonaram as marcas dos principais veículos de comunicação, que estão associados a credibilidade da notícia. Se você observar quais são os sites jornalísticos, quais são os blogs jornalísticos mais acessados, eles são aqueles ligados aos grandes jornais, às grandes emissoras de tv do Brasil. E não são alternativos a eles. O problema é que o público está consumindo cada vez mais notícias oriundas desses veículos de comunicação, ou seja, oriundos de todo o aparato de apuração de notícias e de interpretação da notícia desses veículos de comunicação, nos quais o público confia, mas estão consumindo de graça, pela da internet. Os veículos de comunicação precisam saber como lidar com isso, e eu acho que até hoje não encontraram uma forma de lidar com isso. Existe uma sugestão internacional e uma carta internacional de veículos de comunicação que propõe que todos eles passem a cobrar pelo acesso a seus conteúdos na internet. Na minha opinião, é o caminho inevitável do futuro. As marcas e os veículos de comunicação precisam de receitas, as receitas de publicidade via internet não são suficientes para sustentar jornalismo, jornalismo que envolve apuração, que envolve a existência de correspondentes, que envolve a existência de redações. Jornalismo tem um custo, e, inevitavelmente, os meios de comunicação terão de encontrar os meios de cobrar pelo material que produzem. Acho que estão atrasados nisso. Acho que estão, em grande parte, sendo atropelados por uma tecnologia, e estão sendo, em verdade, vítimas de si próprios. São as próprias notícias, é o próprio material jornalístico desses jornais que são, essencialmente, acessados pelo público através de notícia jornalística na internet.

CM: É, porque há um aspecto de credibilidade, que é inegável, na utilização intensa dos sites desses veículos, mas há também o aspecto de domínio de uma tecnologia da produção jornalística, que não é coisa de amador.

Demétrio: Mas, quando você diz domínio de uma tecnologia você está falando de credibilidade. Na verdade, empresas podem dar notícias e cada vez mais dão notícias. As empresas estatais chegaram, na minha opinião, ao absurdo de criar redações para se relacionar diretamente com o público sem passar pela mediação da imprensa. A Petrobras tem

uma redação, com mais gente do que a maioria das redações de jornais importantes do Brasil. Mesmo assim, o público vai atrás de notícias que têm a marca dos principais veículos de comunicação do Brasil, porque o público entende, mesmo que não teoricamente, que essas notícias passaram por um processo de produção jornalística. E esse processo de produção jornalística lhes confere uma credibilidade, uma independência que as outras notícias que aparecem na internet não têm. É preciso que se pague por isso, porque a independência só existe se os veículos de comunicação continuam a ser sustentados pelos seus leitores. Essa é a condição da independência. Veículos de comunicação sustentados apenas por propaganda, ou essencialmente por propaganda, não são, necessariamente, independentes. Aqueles totalmente independentes são aqueles que dependem de um leitorado pagante. Então, eu acho que esse conceito é importante quando se discute o problema da cobrança na internet.

CM: E a relação disso com a democracia?

Demétrio: Veja, eu acho que um elemento central da democracia é existir um jornal que é vendido para quem quiser comprar, e de compradores desse jornal que aceitam tirar do bolso para pagar por aquele produto. Isso é uma característica bastante antiga da democracia, que vem lá do século XVII, XVIII, da Europa, da Inglaterra, quando começa a surgir uma imprensa, que naquela época era, essencialmente, uma imprensa de opinião, e que, depois, no século XIX, com as tecnologias de comunicações se desenvolvendo - com os telégrafos - ela se torna uma imprensa, totalmente, de notícia. Então, esse elemento, que é muito antigo da democracia, é insubstituível. Alguém que vende um produto, e leitores interessados em pagar por esse produto. Toda a questão que se coloca hoje é como manter e conservar isso nas novas condições criadas pelas redes telemáticas.

PERFIL

CM: Uma questão complementar, para o perfil que acompanha a entrevista, como você se descreve, o que faz, o que gosta de fazer.

Demétrio: Sou sociólogo, um especialista em relações internacionais (área de especialização), doutor em geografia humana, colunista de O Estado de S.Paulo e O Globo -, fui colunista da Folha de S.Paulo, e, antes, da revista Época -. Quer dizer, há mais ou menos 10 anos eu assino colunas periódicas na imprensa no Brasil, mas a maior parte do meu tempo não é utilizada para isso, e sim para escrever. Eu vivo, essencialmente, de direitos autorais. Então, a maior parte de meu tempo eu escrevo livros, que é o que eu gosto mais de fazer, minha principal atividade.

CM: E como foi sua formação intelectual? E o que gosta de fazer como lazer?

Demétrio: Como a maior parte da minha geração, que entrou na faculdade na segunda metade dos anos 70, a minha formação intelectual e política se deu no contexto da ditadura militar brasileira. A ideia da volta de democracia foi crucial desde o começo da minha vida adulta, e antes até da minha vida adulta. Eu, como a maior parte das pessoas da minha geração, fui de esquerda, fui trotskista, o que significava que eu era contra a ditadura militar no Brasil, mas também contra a ditadura existente na União Soviética. O trotskismo pode ter muitos problemas, mas tem essa qualidade. Eu aprendi desde cedo que ditaduras são ruins em todos

os lugares. Eu deixei de ser de esquerda, deixei de ser trotskista, e hoje eu me vejo como alguém com uma certa atração por ideias social-democratas e por ideias liberais, também, por uma mistura dessas duas coisas. Então, do ponto de vista intelectual, há toda uma trajetória, de 30, 40 anos, que tem a ver com os processos políticos que aconteceram nesse período: o fim da ditadura na América Latina, a queda do muro de Berlim, todo o processo de globalização posterior são impactos intelectuais que conformaram uma certa forma de ver o mundo. O que eu faço além do trabalho? Gosto muito de viajar com a família, gosto muito de jogar tênis - sou um tenista razoável -, gosto muito, evidentemente, de ler, e, como todo mundo que faz esta atividade, é difícil separar aquele momento em que você está trabalhando e aquele momento em que está em lazer.

CM: Houve algum momento de ruptura, em que, e qual o autor com que você se identifica?

Demétrio: Eu não tenho um autor com o qual me identifique. Nenhum rótulo político simples definiria as coisas que eu tenho. Eu não posso ser rotulado como um liberal, porque acho que o Estado tem um papel importante a cumprir na economia nacional, não como produtor de bens - certamente -, mas tem um papel de regulação importante e tem um papel em setores como saúde e educação insubstituíveis. Então, isso impede que eu seja rotulado como um liberal. Eu não posso ser rotulado como um social-democrata típico, porque o social-democrata típico tem uma crença exagerada no Estado, que eu não tenho. A ideia de que os impostos devem subir até um limite extremo, e que o Estado é muito melhor do que empresa privada. Eu não compartilho dessas ideias. Portanto, não há um rótulo que possa me cobrir, adequadamente, e não tem um autor que faça a minha cabeça. Tem dezenas e dezenas de autores que eu acho interessantes. Eu não me alinho com nenhum partido político. No Brasil, digamos assim, não sou militante de partido político e nem mesmo um fiel eleitor de algum partido político. É difícil eu me definir tão rapidamente.